

FGV: fundo de R\$ 3 mil erradicaria fome no país

Estudo mostra que cada brasileiro não-pobre contribuiria com o equivalente a R\$ 15 mensais para acabar a miséria

Cássia Almeida

Uma contribuição única de R\$ 3 mil de cada brasileiro que está acima da linha de pobreza bastaria para acabar com a fome de 50 milhões de miseráveis no país, definitivamente. Esta é uma das conclusões do estudo "Combate Sustentável à Pobreza", divulgado ontem pelo economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo o trabalho, se forem transferidos ativos no valor mínimo de R\$ 3 mil aos pobres será garantida uma renda mensal de R\$ 15, quantia que cada brasileiro acima da linha de pobreza precisaria desembolsar mensalmente para erradicar a fome no país. Seria um fundo de combate à pobreza. Segundo Neri, esses recursos já existem espalhados por programas na área social:

— A maior parte das nossas políticas sociais não mira nos miseráveis. Aquelas que miram não acertam o alvo, ou quando acertam não provocam mudanças sustentáveis em suas vidas. O novo fundo seria o programa perfeito — afirmou Neri.

Cada ano a mais de estudo acrescenta 16% à renda

A aplicação desses recursos poderia ser por meio de políticas sociais que privilegiassem o investimento na pessoa. Como a educação, por exemplo. O trabalho mostra que cada ano de estudo a mais faz aumentar em 16% a renda do trabalhador para toda a vida ativa.

O investimento na educação poderia reduzir a pobreza na sua face mais cruel: 45% dos miseráveis têm menos de 15 anos. A renda é menor para as crianças, assim como o acesso a bens de consumo e serviços, como televisão, geladeira,

água encanada e esgoto:

— A criança não tem poder de pressão, não vota. Não tem representatividade.

Outro bolsão de miséria poderia ser combatido com apoio ao trabalhador informal: 58% das famílias pobres são chefiadas por esses trabalhadores:

— Eles são desassistidos de qualquer política — diz Neri.

Segundo o estudo, incentivo à formação de cooperativas é um dos caminhos: os cooperados em condições iguais de renda, idade e escolaridade ganham 20,6% a mais que os não-cooperados. A assistência técnica, como apoio à comercialização, é outra solução, o que aumentaria em 18,4% a renda. A regularização fundiária facilitaria o acesso ao crédito. A propriedade da terra é a garantia que falta para esses trabalhadores conseguirem financiamentos.

O economista também cita no estudo soluções que ainda

estão fora da realidade brasileira, mas presente em outros países da América Latina.

Governo deveria fixar metas para erradicar a pobreza

Uma das medidas é fixar metas para erradicação da pobreza, nos moldes do sistema de metas de inflação. Isso criaria um compromisso do governo que o faria nortear políticas para alcançar a meta.

Outra medida que já está sendo implementada, mas pode ser aperfeiçoada é privilegiar os municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na hora de repassar recursos. O Projeto Alvorada, do governo federal, já está em prática:

— Mas o ideal seria premiar os municípios que conseguissem avançar em seus indicadores sociais. Isso impediria que as elites se apoderassem dos recursos — afirma Neri. ■

Editoria de Arte

O acesso a serviços e bens



Fonte: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas em cima de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.